

Povos indígenas e fronteiras na América latina: aspectos de um fenômeno territorial identificado no México e Brasil que processa transformações ao modo de vida indígena

Pueblos indígenas y fronteras en América Latina: aspectos de un fenómeno territorial identificado en México y Brasil que procesa transformaciones en el modo de vida indígena

Los pueblos indígenas y las fronteras en América Latina: aspectos de un fenómeno territorial identificado en México y Brasil que está transformando el modo de vida indígena

DOI: 10.54901/educa.v9-412

Jean Paulo Pinheiro Gomes¹
Alícia Civera Cerecedo²

RESUMO: Este artigo analisa as transformações no modo de vida de povos indígenas em contextos de fronteira no México e no Brasil. A partir de pesquisa documental e revisão bibliográfica, o estudo foca especificamente nas confluências territoriais de Chiapas com a Guatemala - Fronteira Sul do México - e na parte fronteira do Amapá (Brasil) com a Guiana Francesa. O problema central investiga como os Estados-nação têm processado mudanças nas dinâmicas cotidianas das populações nativas que vivem em contexto de fronteira. O objetivo principal é compreender como a imposição de fronteiras geopolíticas altera o vivido de grupos tradicionais, forçando sua inserção em atividades econômicas, sociais e de culturas de matriz eurocêntrica. Esse processo histórico e estrutural encontra raízes profundas na colonialidade do poder e é continuamente impulsionado pelas bases do capitalismo moderno global. Conclui-se que as fronteiras geográficas configuram-se como um fenômeno invasivo que impõe novos contornos identitários e socioculturais, limitando drasticamente a autonomia dos povos originários frente às lógicas estatais.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Fronteira; Modo de Vida; Colonialidade do Poder.

1 INTRODUÇÃO

O estudo sobre os efeitos que a fronteira emana ao território e as populações nele presentes, tem sido uma pauta que vem ganhando destaque, sobretudo por representar dado de um fenômeno capaz de processar transformações importantes ao modo de vida das comunidades que vivem sob suas faixas, com especial atenção ao que ocorre com os grupos

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, Brasil.
E-mail: jeanprofhistoria@gmail.com

² Doutora em Investigações Educativas, Centro de Investigación y de Estudios Avanzados (Cinvestav), Cidade do México, México. E-mail: acivera@cinvestav.mx

indígenas, cujos territórios foram sobrepostos pela imposição das limitações e regramentos advindos da colocação fronteiriça.

Nessa direção, nosso estudo se propõe tratar do referido fenômeno, com referência ao que se constatou existir na fronteira do estado de Chiapas (México) a Guatemala e ainda na confluência do Brasil (Amapá) com a Guiana Francesa e tem como objetivo: Estudar as transformações processadas pelos estados nação ao modo de vida indígena em contexto de fronteira. Com questão norteadora, temos a seguinte interrogativa: Como os estados nação têm processado transformações ao modo de vida grupos indígenas na fronteira do México (Chiapas) com a Guatemala e nos limites do Brasil (Amapá) com a Guiana Francesa.

No que se refere a metodologia deste trabalho, é a pesquisa bibliográfica e documental que será utilizada, sobretudo os referenciais constantes da nossa dissertação de mestrado, dos provenientes das disciplinas do nosso curso de doutorado na Universidade Federal do Pará e ainda os disponibilizados fisicamente na biblioteca do CIESAS³ e do CINVESTAV⁴, no México, ocasião em que se desenvolveu atividades como estudante de Doutorado sanduíche com incentivos do CNPq no referido país.

Diante do complexo ambiente globalizado em que nos encontramos, onde as fronteiras estão se tornando cada vez mais rígidas e as interações econômicas entre os países estão se intensificando, as relações com as populações colocadas sob este contexto e as transformações processadas pelos mecanismos de controle e manutenção do poder das soberanias nacionais, se constituem em uma pauta que vem ganhando destaque nos últimos anos, especialmente pela necessidade de aprofundar conhecimento nesta área e principalmente por possibilitar compreender como esse fenômeno se processa e em consequência provoca transformações relevantes ao modo de vida indígena.

As relações entre os grupos indígenas e os nacionais em áreas fronteiriças, são importantes componentes a serem levados em consideração na história contemporânea das comunidades, sobretudo porque, segundo o que colocou Silva (2015) os povos indígenas não estão “encapsulados”, mas convivem/conviveram cotidianamente, nem sempre de forma pacífica, com os seus “Outros” no contexto em que as soberanias nacionais fincaram seu poder e autoridade.

³ CIESAS se refere às iniciais do *Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social do México*.

⁴ CINVESTAV se refere às iniciais do *Centro de Investigaciones Y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional Sede Sur Cidade do México*.

Assim, se faz mister investigar o processo pelo qual os Estados-nação se utilizam da conquista territorial, da sobreposição de culturas e da institucionalização de limites, para dominar e impor poder sobre as populações que vivem em contexto de fronteira, particularmente porque Foucher (1997) assevera que para além de representar o perímetro que delimita um conjunto espacial, a fronteira é um Estado que possui alcance e coesão política interna e, para tanto precisa o manter homogêneo e coeso.

De outro lado, o estudo que aqui apresentamos, é de interesse das pesquisas da tese do nosso curso de doutoramento que possui uma proposta de realizar um trabalho etnográfico para tratar da ação das políticas de educação, promovidas pelos estados-nação, ao vivido dos grupos indígenas em contexto de fronteira, baseado no conceito “sentipensante” de Fals Borda, no de “corazonar” de Guerreiro Arias e nas bases em que Aníbal Quijano trata dos meandros da “colonialidade do poder” aos tidos como inferiores na relação com os conquistadores europeus.

Ademais, o referido estudo se vincula ao conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto de pesquisa Pensamento educacional, Práticas Pedagógicas e Culturas escolares na América Latina: história e tendências atuais, submetido para Projeto em cooperação com comprovada articulação internacional da Universidade Federal do Pará, junto ao Centro de Investigaciones Y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional CINVESTAV Sede Sur.

Nesse sentido, apresentamos o referido estudo organizado estrategicamente em três partes interdependentes. A primeira traz um apanhado teórico de diferentes autores sobre os conceitos/definições de fronteira e os desdobramentos das transformações processadas sob a presença indígena no território. Em seguida trazemos um contexto sobre a colocação das fronteiras e sua relação com os contornos impostos ao modo de vida dos grupos indígenas, com particular atenção ao que se destaca no cenário mexicano e brasileiro e, por fim, buscar-se-á desenvolver as considerações finais para trazer dados capazes de responder à questão norteadora colocada inicialmente.

2 CONCEITOS/DEFINIÇÕES DE FRONTEIRA E SUA RELAÇÃO COM AS TRANSFORMAÇÕES AO VIVIDO DOS GRUPOS INDÍGENAS

Nas últimas décadas, os diálogos sobre as interrelações e as transformações processadas pela imposição de uma fronteira, têm se estreitado e ensejado importantes debates no mundo acadêmico, sobretudo os que tratam em particular das situações em que as terras de pertencimento indígena tangenciam ou mesmo são centrais nas abordagens.

Além de configurar em relevante temática o fenômeno que aqui procuramos tratar, também se constitui em importante componente a ser levado em consideração na história contemporânea, uma vez que para Silva (2015) às populações indígenas não estão “encapsuladas” em suas terras de pertencimento, muito pelo contrário, convivem/ conviveram cotidianamente, nem sempre de forma pacífica, com os seus “Outros” nos espaços onde as soberanias nacionais fincaram seu poder e autoridade.

Para Silva (2015) a fronteira é o local privilegiado de observação de encontros/desencontros/ reencontros/ confrontos de diferentes grupos que vivem em distintas temporalidades. Mais do que isso, é também o espaço físico e simbólico da degradação, do choque entre quem chega com fazeres, saberes e crenças diversos daqueles que já se encontravam na região, como é o caso aplicado aos povos indígenas que há muito estão nas suas terras e vivendo sob sua matriz cultural.

Já Michel Foucher (1997) concebe que as fronteiras adquiriram outras funções não mais estritamente militares, que a reservavam como local de “frente” ou “linha de frente”. Para além de sua função militar, o mesmo autor aponta que a fronteira funciona como uma descontinuidade dotada de uma função de sinalização real e simbólica e imaginária que, em geral a coloca como sendo o elemento chave para a garantia territorial e manutenção do poder que os Estados nação guardam com prioridade para com as conquistas advindas da colonização. A partir de tal ponto de vista, as fronteiras são estruturas espaciais elementares de forma linear, com uma função de descontinuidade geopolítica e realização de referência, nos registros que englobam o real, o simbólico e o imaginário.

Entendida enquanto um “regime” a fronteira para Hess (2012) se refere a um espaço de conflito, negociação e contestação entre vários atores que disputam a definição política dos limites institucionalmente colocados sobre o território e dado que permite a incorporação de atores cujas práticas estão relacionadas, embora não estejam organizadas de acordo com uma lógica ou racionalidade central.

Mesmo sendo pensada como um elemento de configuração geográfica, definição de poderes entre nações e ou como produto de um regime, o apanhado histórico construído por Foucher (1997) revela que as fronteiras se colocam como um fenômeno que afeta o Estados multiétnicos e multinacionais, que se veem assim confrontados com um interrogatório crucial e literal das questões geopolíticas. Nesse sentido, se faz mister observar que quando um aparato é montado para garantir a ordem, segurança e mesmo a manutenção territorial, política e sobretudo econômica, ele acaba por processar transformações ao vivido étnico, sobretudo

porque pode afetar sua mobilidade, sua língua materna, modo de educar suas crianças e jovens e organizar suas aldeias, entre outros.

Quando tratou da temática que aqui é central, Giovani José da Silva (2015) escreveu que em contexto de fronteira as diferentes maneiras de cada país lidar com as populações indígenas interferem nas suas dinâmicas sociais e culturais. As configurações territoriais, as relações de poder, os trânsitos e os deslocamentos se conformam de acordo com as legislações e com as práticas culturais em jogo no cenário fronteiriço.

A imposição feita pela burocracia montada para garantir o regime de fronteira, tal qual como escreveu Hess (2012), por si só já é um dado estranho ao vivido indígena, principalmente porque em nossa jornada como pesquisador em meio aos Palikur na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, vimos que a exigência de passaporte e do visto de permanência, além da forte fiscalização, entre outros mecanismos, transformam as práticas e o cotidiano dos grupos indígenas.

Ademais, Cruz et al (2010) quando escreveram sobre as migrações contemporâneas, asseveraram que no caso de Chiapas, foram as formas de produção advindas de um centro cada vez mais capitalista, que invadiram o modo de vida indígena. Ali a mão de obra se movimenta pela fronteira norte com os Estados Unidos e também rumo à Guatemala, em busca das oportunidades geradas pelo capital estrangeiro ou pelo trabalho de baixa produtividade nas atividades agrícolas do entorno.

Sobre a realidade de Oaxaca, Cruz et al. (2010) colocam que, por suas características geoeconômicas, político administrativa e sociocultural, tem sido relegada ao local de processos de desenvolvimento nacional ao longo da história e como consequência tem sofrido de múltiplas manifestações de impacto da sociedade dominante, cujos efeitos recaem com maior contundência sobre as populações camponês-indígena.

As aferições esboçadas, tanto na realidade indígena da fronteira franco-brasileira, quanto na que a bibliografia de apoio revelar existir na região guatemalteca, aparecem como parte de um conjunto de incongruências capazes de interferir no modo de vida e por tal efeito, impor ao vivido étnico, traços de uma realidade inversamente proporcional ao que os grupos difundem etnicamente.

Diante da questão que se levanta, o estudo de Silva (2015) revela que os indígenas que vivem em fronteiras de Estados nacionais, não estão lá simplesmente por estar. Existe uma história que trata das trajetórias dos grupos e explica suas existências nesse cenário que na contemporaneidade ganha enfoque por principalmente interferir na manutenção da propriedade e organização de suas terras de pertencimento, cujo perímetro, e mesmo garantia do uso, muitas

das vezes é prejudicado pela colocação das fronteiras, particularmente por emergir dessa interrelação, às condições materiais e imateriais de sobrevivência e principalmente por serem pensados como locais onde as nacionalidades se sobrepõem as etnicidades.

Segundo Prevedel Beluci (2014) mesmo com as forças exercidas pelo fenômeno da globalização, os Estados nação, todavia, mantém sua posição soberana em relação ao território, o que significa que como barreira territorial entre diferentes países, a fronteira, segue sendo uma reafirmação de soberania e por consequência um importante entrave ao uso das terras de pertencimento e a garantia do exercício da etnicidade indígena.

Além disso, Beluci (2014) acrescenta que dado ao avanço das políticas públicas, as soberanias nacionais vêm buscando uma descentralização de suas ações com o objetivo de desenvolver as regiões fronteiriças, que até então, na grande maioria dos casos, era abandonada pelo Estado. Com base nisso, percebe-se a relevância do estudo da fronteira e particularmente dos novos contornos que a acompanham e se sobrepõem ao vivido dos que ali transitam ou se fixam para diferentes fins.

Diante de tais colocações é imperativo a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as fronteiras, sobretudo por possibilitar a compreensão da sua utilização como instrumento de proteção e manutenção das posses das soberanias nacionais e como dado central nas abordagens acerca das incongruências que atingem as populações, com especial menção para os grupos indígenas.

Sobre as fronteiras mexicanas, Beluci (2014) mostra que sua definição resultou de uma combinação de fatores históricos, políticos e diplomáticos que acabaram por resolver a questão da colocação de limites com os seus vizinhos - Estados Unidos, Guatemala e Belize -, como dado fundamental de um processo marcado por anexações territoriais e disputas que culminaram, no primeiro caso, na Guerra Mexicano-Americana, enquanto que na segunda situação, foram estabelecidas após a independência.

Além de figurarem como instrumento de definição, Vanneph (1997) coloca que as fronteiras também podem representar ponto de ruptura e descontinuidade entre realidades com ambientes geográficos, figuras socialmente construídas, estruturas relacionais provenientes de diferentes processos sociais e históricos, que a descrevem como uma fisionomia e uma identidade propriamente assentada.

Pelas razões apontadas nos diferentes referenciais, e no contexto atual em que as muitas soberanias nacionais usam suas fronteiras, é pertinente afirmar que os limites transfronteiriços vivenciam uma transformação sem precedentes na história e, por tal condição, tem representado importante elemento de imposição de novas realidades para as populações indígenas.

Nesse sentido, Laurent Faret (1997) escreveu que na fronteira entre o México e a Guatemala, a história dos movimentos populacionais podem ser tão antigos à medida que os limites são estabelecidos. No entanto, o mesmo autor afirma que a dinâmica das relações fronteiriças não está apenas ligada à intensidade das relações entre os territórios que delimita, mas também à importância da população colocada sob a dupla e mesmo tripla interrelação.

Diante de tais colocações, compreendemos que o dinamismo proveniente da fronteira, sobretudo o que se sobrepõe aos territórios de pertencimento indígena, está diretamente relacionado a atos de um fenômeno pelo qual se deu a afirmação das ações do que Aníbal Quijano (2005) definiu como “colonialidade do poder”. Para esse teórico, essa condição diz respeito às ações abjetas da colonização e que são utilizadas para explicar o processo de internalização das estruturas e hierarquias coloniais que diria respeito portanto a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial, como dado que aqui é pensado em elemento propulsor de ações contra a existência dos povos indígenas, suas culturas e modos de vida.

Com base no que colocou Quijano (2005) é possível portanto inferir que a colocação de fronteiras nas terras das Américas, como dado ligado a manutenção do poder e da soberania dos Estados nação colonizadores, está diretamente relacionada ao interesse sobre a privilegiada posição geoestratégica provenientes da conquista daquela parte do mundo pelo controle do ouro, da prata e de outras mercadorias produzidas por meio do trabalho gratuito de indígenas, negros e mestiços.

Outra razão apontada por Quijano (2005), e que pode servir de base aqui para afirmarmos que as fronteiras foram pensadas como elemento garantidor da posse e domínio das terras conquistadas com a colonização e por tal condição é um atributo criado para manter a vantajosa localização das terras americanas na vertente do Atlântico, por onde, necessariamente, tinha de ser realizado o tráfico das mercadorias para o mercado mundial, dado que evidentemente estava como prioridade nos interesses europeus com sua gana mercantil.

A fronteira, em tal contexto, não aparece tão somente como mero elemento geográfico e pode ser pensada como mais uma das estratégias montadas com a colonização para garantir o sucesso das empreitadas mercantilistas, sobretudo porque era preciso dominar e garantir o “controle” do território indígena e do seu povo, sem o qual o seu projeto provavelmente não lograria êxito e uma gama importante de investimento seria desperdiçado.

O fenômeno apresentado por Aníbal Quijano (2005) e, que aqui é referenciado para mostrar a ação das fronteiras sobre os povos indígenas, fornece, portanto, dado relevante para se pensar como aquele processo de “colonialidade do poder” foi se reforçando e se consolidando

através da expansão, firmação de limites e posse de territórios, como instrumento principal para cimentar a dominação colonial.

Nessa direção se faz mister tratar dos principais aspectos em que as fronteiras se edificam e principalmente como processam transformações ao modo de vida indígena, com especial menção aos principais contornos nas interrelações vivenciadas nas confluências do México com a Guatemala e nos limites do Brasil com a Guiana Francesa, que se configuram como locais da presença e localização de diferentes territórios de pertencimento indígena na América latina que nosso estudo conseguiu alcançar.

3 A COLOCAÇÃO DAS FRONTEIRAS E AS TRANSFORMAÇÕES PROCESSADAS AO VIVIDO DOS GRUPOS INDÍGENAS

A configuração do relevante contexto geopolítico suscitado pelos interesses mercantis nas terras do que se convencionou chamar de “Novo mundo”, teve como importante pano de fundo a institucionalização de limites aos territórios conquistados com a colonização quando os países europeus se apressaram em dominar terras e povos nas Américas.

Segundo Vargas (2017) o processo de formação de fronteiras tem raízes no período colonial, com disputas e mesmo sido motivo de tensões e conflitos entre os países da Europa que se lançaram à conquista de novos territórios e ainda figura como pauta para diferentes litígios e soluções diplomáticas, políticas e jurisdicionais que restaram em definir que terras antes habitadas e de pertencimento das comunidades indígenas se convertessem a condição de território nacional.

Para viabilizar a compreensão acerca da sua firmação e das transformações que processam ao vivido indígena, utilizar-se-á aqui para exame o contexto fronteiriço da parte que restou posse aos franceses no litígio do Contestado franco-brasileiro, que hoje figura como a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa e, da região de contato dos grupos indígenas de Chiapas com os limites do território do México com a Guatemala.

Pensar a fronteira neste contexto é compreendê-la, com base no que fundamentou Foucher (1997), como lugar de definição do poder dos Estados nação e como consequência desse amálgama, acaba por se caracterizar como um espaço de socialização atípico, único, simultaneamente um prolongamento e um contraponto aos distintos espaços nacionais que lhe dão forma.

Nessa direção, as experiências latino-americanas estudadas por Vargas (2017), mostram que a formação de fronteiras se coaduna com o processo de descolonização e a formação

derivada de Estados nação, o que em termos históricos implica quase sempre em uma contraposição de teses jurídicas acerca da posse de um dado território, que resultam na superposição das terras de diferentes grupos indígenas.

Vista sob o referido prisma a colocação de fronteiras aos territórios é um fenômeno que não só representa a imposição de limites, com de igual forma se conforma em um acinte aos direitos étnicos de uma maneira geral, vez que com essa estratégia os Estados nacionais colonizadores tomaram para si a posse de algo que nunca lhes pertenceu e para completar, obrigam as populações originárias a serem obedientes a todo um conjunto de regramento institucionalizado sobre o que lhes pertence de fato e de direito.

Ao que se vivenciou quando estudamos a mobilidade pela fronteira franco-brasileira, é comum ver os grupos indígenas, como se viu os Palikur na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, enfrentarem a forte fiscalização, a exigência do portar de passaporte e mesmo os vistos de permanência, quando tentam transpor as barreiras postas na fronteira. O modo de vida ali acabou por se adaptar aos regramentos impostos por leis ou decretos dos homens não-indígenas, como traços de um fenômeno que os obrigou a conviver com muitas transformações.

De outra feita, a leitura de diferentes estudos encontrados nas bibliotecas e mesmo o diálogo com alguns pesquisadores do CIESAS e do CINVESTAV, nos permitem colocar que a realidade indígena dos grupos de Chiapas é permeada por transformações provenientes da fronteira e, diferente do que se constatou existir no Brasil, ali as questões estão mais estritamente relacionadas a outros atributos, seja os que lhes empurra a viver no meio urbano, ou os que lhes obriga ao trabalho como camponeses na indústria da agricultura.

Pensar o território a partir do prisma esboçado é compreendê-lo como produto dos movimentos das grandes economias e ainda como elemento primordial para se pensar como os Estados nação planejam e aplicam políticas capazes de lhes favorecer ou mesmo terem notório destaque pelo mundo, que de outro lado, são compreendidas como fruto das ações provenientes da “colonialidade do poder” (Quijano, 2005), que na contemporaneidade são cimentados pelas práticas do capitalismo colonial/moderno que afetam o vivido dos povos indígenas.

Trata-se, portanto, das bases constitutivas do poder das soberanias nacionais que, com bem colocou Quijano (1997), foi assumida pelos conquistadores europeus como o principal elemento fundacional das relações de dominação que a empreitada colonial exigia e, com advento da modernidade, serviria de alicerce para classificação da população da América, e mais tarde do mundo, ao novo padrão de poder emergente.

Neste ínterim os Estados nação construíram todo um processo que se inicia ainda no período colonial e atravessa o tempo para culminar com atos que tentaram “desindianizar” os

povos autóctones na contemporaneidade e os converter ao nacionalismo e a indução capitalista que resulta na sublevação de territórios ancestrais inteiros e populações pensadas como inferiores e sem cultura (Alcaraz; Escalante Fernández, 2017).

Sobre a dinâmica territorial das fronteiras do Brasil, Ricardo e Santilli (2008) mostram que o país tem 16.886 quilômetros de fronteira terrestre com dez países da América do Sul, configurando-se em um cenário em que somente a China e a Rússia têm maior extensão fronteira que a brasileira.

Segundo Ricardo e Santilli (2008) existem 177 terras indígenas situadas na faixa de 150 quilômetros que engloba o Brasil, 34 das quais com parte de seus limites colados na linha de fronteira. Do total de terras de pertencimento indígena, o mesmo autor revela que 75% encontram-se demarcadas e registradas em cartório. Com fronteira plenamente reconhecida, vivendo em paz com todos os seus vizinhos há mais de um século e diante do avanço democrático ocorrido na América do Sul nos últimos vinte anos, é de se esperar que a definição dos limites brasileiros ensejem políticas de aproximação e integração, valorizando o intercâmbio de ideias, manifestações culturais e produtos, como um dado que vale para indígenas e não-indígenas, brasileiros e demais sul-americanos, residentes ou viajantes.

Ademais, Ricardo e Santilli (2008) acrescentam que a fronteira é um espaço suscetível a incidentes. Passam por ela produtos falsificados, dinheiro ilícito, drogas, doenças, armamentos traficados, criminosos contumazes e imigrantes ilegais. Via de regra, essas conexões criminosas ocorrem nas cidades fronteiriças e se utilizam das vias de transporte entre os países, mas também podem utilizar-se de qualquer área de fronteira em que encontrem condições mais favoráveis. Raramente ocorrem em terra indígena ou envolvem pessoas indígenas.

As comunidades de fronteira, a propósito do que ocorre com as indígenas, com base no que formulou Haesbaert (2004), vivenciam a ambiguidade de duas lógicas territoriais expressas: ao mesmo tempo em que se deparam com o controle rígido das barreiras fronteiriças internacionais; convivem com múltiplas redes de solidariedade, de trocas comerciais, culturais e até mesmo políticas, de caráter transfronteiriço.

Tal realidade é própria de espaços nos quais o local e o internacional se articulam, estabelecendo vínculos e dinâmicas próprias, construídos e reforçados pelos povos fronteiriços. Nestes espaços estão presentes as identidades e as culturas nacionais de cada um dos países envolvidos. Identidades que constroem, reelaboram e constituem outra cultura são capazes de recriar um novo lugar, com aspectos regionais diversos (Souza, 2013).

Já no que se refere a realidade mexicana, dados do Iwigia (2025) revelam que esse país é banhado pelo Golfo do México, Mar do Caribe e pelo Oceano Pacífico e sua configuração fronteiriça apresenta 3.141 quilômetros de fronteira com os Estados Unidos, além de 251 quilômetros com Belize e 871 quilômetros com a Guatemala, somando um total aproximado de 4.263 quilômetros de fronteiras terrestres internacionais.

Tal como no Brasil, o México tem uma grande população indígena, com mais de 23 milhões de pessoas se identificando como tais, representando quase um quinto da população total, com cerca de 68 grupos indígenas distintos. Povos como os Maias, Astecas, Zapotecas, Mixtecas e Otomi são exemplos de grupos que habitam o país e que contribuíram para a sua rica história (Iwigia, 2025).

Nessa direção, a bibliografia de Manuel Ángel Castillo (2002) revela que a atual fronteira México-Guatemala tem uma longa história de relações mutáveis e, por vezes, intensas, muitas delas tão antigas quanto os grupos étnicos que viviam na área desde a era pré-hispânica. Esse mesmo autor acrescenta que durante o período colonial, as fronteiras entre os dois territórios — o Vice-Reino da Nova Espanha e a Capitania Geral da Guatemala — refletiam as necessidades administrativas dos conquistadores.

Sobre tal contexto, Tamayo Pérez (2013) escreveu que mesmo como país independente, a região mexicana possuía um território extenso, embora suas fronteiras ainda não estivessem definidas, dificultando a formação territorial do Estado. Nesse ínterim, a mesma autora acrescenta que tanto as fronteiras norte quanto a sul foram estabelecidas no século XIX pelas comissões de limites nomeadas pelo governo mexicano que lhes compeliram forma, contorno e contribuiu para sua compreensão e consolidação.

A realidade vivida na região da supracitada fronteira tem, segundo os apontamentos de Pérez (2013), estado tradicionalmente distante dos processos internacionais e binacionais, principalmente porque as relações internacionais tem enfrentado desafios de um arcabouço jurídico e institucional que está sendo cada vez mais sobrecarregado pelas dimensões e características de fenômenos provenientes das incongruências que o referido contexto de fronteira processa.

O texto de Walter Kohan (2004) mostra que na Sexta Declaração da Floresta Lacandona, os Acordos de San Andrés previram que os governos reconstituirão os direitos dos povos indígenas do México, respeitarão sua cultura e os transformarão em lei na Constituição. Mas, o mesmo autor coloca que com o passar dos anos, os governos se esgotaram, muito tempo se passou, lutas foram travadas e eles não cumpriram esses acordos.

Muito do que os grupos indígenas mexicanos almejam vão na direção da retomada de seus direitos, de sua autonomia política e cultural, da proteção de suas terras e cultura, como instrumento principal para a garantia de sua autodeterminação e que para nós é mais um dos elementos que sofrem com as incongruências processadas com a colocação de limites ao seus territórios de pertencimento (Kohan, 2004).

Como dado contraditório ao que os estados nação planejam para o vivido indígena, os grupos étnicos, como os fazem os de Chiapas, lutam não só para terem direito a sua autodeterminação, como de igual forma, poder fazer valer o seu próprio modo de governar seu povo, praticar sua cultura e demais traços do seu modo de vida.

Apesar do que evidenciamos sobre os conceitos e ou definições sobre o que vem a ser a fronteira e como estas podem influenciar e mesmo impor transformações ao modo de vida indígena, é pertinente então colocar que esse instrumento sempre se constituiu como algo distante da dinâmica cotidiana dos grupos indígenas e por tal efeito se processa como obstáculo ao vivido dos grupos, que como reação fazem desse contato fator de afirmação e manutenção de suas etnicidades e por consequência os mantêm vivos e os possibilita desenvolver suas culturas e modos de vida.

Em outro referencial encontrado em nossa incursão pela biblioteca do CIESAS, Laura Ortiz (2024) aponta que os grupos indígenas provenientes de Chiapas, se veem confrontados a ultrapassá-la para trabalhar e mesmo praticar atividades no comércio local, entre outros movimentos que os levam a se inserir ao nacionalismo em emergência e por tal condição dizem respeito aos novos contornos impetrados ainda com os processos de conquista e colonização ocorridos no século XVI, onde a presença indígena, africana e mestiça teve maior peso demográfico e cultural, especialmente na Bolívia e no México.

Sobre tal reflexão, Laura Ortiz (2024) escreveu que a relação entre pobreza e migração se cruza com a deterioração e o esgotamento da base territorial dos povos indígenas em diferentes países da América latina, estando relacionado ao modelo de desenvolvimento e da globalização extrativista que envolve as comunidades e os empurra diretamente ao exercício de atividades ligadas ao comércio e ou as bases produtoras que os atrai nas cidades localizadas no seu entorno.

Nessa direção, nossa compreensão se coaduna ao entendimento de que a dinâmica emanada pela fronteira é parte de um contexto que envolve diferentes povos indígenas, com raízes nas investidas das empreitadas da colonialidade e, portanto necessário para pensar a natureza das mudanças nas relações transfronteiriças, que por consequência acabaram por inaugurar contrastes a vida indígena.

Sobre a realidade fronteiriça em Chiapas, dados do Iwigia (2025) revelam que no México, não se fala em "imigração indígena" no sentido tradicional, mas sim na presença histórica e contínua de povos indígenas, especialmente os Maias (como Choles, Tzeltales, Tzotziles e Tojolabales), que formam a base do movimento Zapatista e da luta por autonomia no estado. A região tem um histórico complexo de relações com o Estado e outros grupos, incluindo o deslocamento de trabalhadores indígenas de outras partes do México para Chiapas, mas a principal dinâmica é a autodeterminação dos próprios povos originários.

Cruz et al. (2010) escreveram que a reestruturação da economia mexicana e a globalização pela via neoliberal colocou aqueles grupos em uma situação de extrema vulnerabilidade e uma crescente desvalorização do trabalho social. Para esses autores, a globalização e o neoliberalismo, são fenômenos que inclui, exclui e destrói e no que se refere a realidade vivida pelos indígenas de Chiapas, os exclui dos fluxos comerciais e de investimento, desvaloriza e destrói algumas de suas atividades produtivas, ao os inclui por meio dos fluxos, as atividades da agroindústria do café e do milho.

Além do mais, Télles (2008) coloca que por sua localização geográfica, com 654 quilômetros de fronteira com a Guatemala, Chiapas se configura em local que registra intensos fluxo de entrada e saída de pessoas, especialmente os realizados pelas atividades de trabalho, como um fenômeno que arrasta muitos indígenas a transpor os limites territoriais e ir em busca de melhores condições de sobrevivência, principalmente os que lhes garante uma renda para viver.

Neste sentido é possível inferir que em países com passado colonial e engendrados ao que o sistema mundo colonial/moderno impõe, as fronteiras foram e são o mecanismo utilizado para subjugar os grupos indígenas ao poder nacionalista e assim conseguir agregar territórios, matéria prima e mão-de-obra para fortalecer o projeto de espalhar o capital que se iniciou na Europa e atravessou o Atlântico para dominar as Américas do passado e na modernidade se instalar para juntar riqueza e poder em um mundo cada vez mais desigual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como as fronteiras foram sobrepostas aos territórios de pertencimento indígena e agiram contra sua presença e cultura no continente americano é tema presente em poucos estudos que, entre diferentes abordagens, se destacam aquelas cujo foco se detém a examinar as diferentes conceituações, definições e ou explicações sobre o fenômeno político territorial

presente nos limites transnacionais, de igual forma o contexto em que tais processos resultam em transformações ao vivido dos grupos indígenas.

Como se pode constatar na primeira parte deste texto, existem uma infinidade de conceituações, definições e ou explicações sobre o fenômeno territorial aqui examinado. Pensar a fronteira portanto requer a apreensão de como este elemento surge, se define e ou explica e no caso em específico desse trabalho, como tem processado transformações a presença e modo de vida indígena no território, vez que a definição central a compreende da maneira como o fez Michel Foucher.

A fronteira portanto se insurge não mais como local de "frente" ou "linha de frente". Para além de sua função militar, via de regra Foucher (1991) define que as limitações fronteiriças se desenham nos limites das possessões territoriais das soberanias nacionais em muitas partes do globo e assim podem ser compreendidas como instrumento de imposição de poder sobre o território.

Pensar a fronteira em tais condições é compreendê-la, assim como o fez Foucher (1991), enquanto um contínuo e dado de característica geopolítica comum da vida internacional e assim se traduz em uma modificação experimental das funções das limitações geográficas internacionais, cujos efeitos aqui são pensados como elemento que atinge em cheio a presença indígena, justamente por sobrepor aos territórios os interesses de duas ou mais soberanias nacionais completamente alheias ao modo como os grupos entendem e fazem seu modo de vida.

De outra feita se fez mister compreender a fronteira não só como elemento capaz de afetar o vivido indígena, como de igual forma um fenômeno posto nas relações pelo território cuja potência pode, por seu efeito segurança e proteção, gerar aparatos capaz de impedir a passagem e de igual forma se constituir em dado promotor de aproximações para os grupos e lhes proporcionar contatos importantes ao seu vivido, como os realizados pela mobilidade.

Sobre tal situação, a análise aqui realizada mostrou através do estudo de Castillo (2002) que as fronteiras internacionais há muito tempo são algo distante da dinâmica cotidiana dos povos indígenas e, portanto, um obstáculo que não foi capaz de impedir o desenvolvimento de suas interrelações pelo território, tampouco lhes nacionalizar.

Pensada em tal condição a fronteira é pensada como instrumento chave das incongruências que processam transformações ao vivido dos povos indígenas, tanto no México quanto no Brasil, principalmente porque se evidenciou em cada um dos pontos estudados, que existe sim contrastes nos modos de vida e cultura dos grupos. Sua mobilidade passa a ser controlada pelos mecanismos de fiscalização montados para garantir a posse e a manutenção da soberania nacional. Sua religiosidade é invadida pela imposição de outras crenças. Sua

educação agora é que se faz nas salas de aula e pelo currículo imposto pelas legislações educacionais e a sua língua tradicional se conjuga a outras formas de comunicação que o entorno impõe.

Se constata assim existir uma relação das alterações que a fronteira emana ao modo de vida indígena, com o modelo de desenvolvimento e da globalização extrativista que envolve as comunidades autóctones e os empurra diretamente ao exercício de atividades ligadas ao comércio e ou as bases produtoras que os atrai nos limites transnacionais em muita partes da América latina, com especial menção ao que se estudou na parte México/Guatemala e franco-brasileira.

De outra feita é pertinente colocar que mesmo diante de tantas interferências, os grupos sobrevivem e fazem das relações que lhes são impostas, elemento de fortalecimento étnico, especialmente porque, tanto no caso brasileiro, quanto no mexicano, se constatou existir traços muitos vivos de cultura que é capaz de resistir e se levantar frente a qualquer ameaça de lhes transformar em um nacional e por tal feito revela que, mesmo convivendo de um anacronismo territorial, os grupos difundem sua identidade, mantém vivas suas línguas maternas, seu modo de ensinar, sua religiosidade e muitos outros atributos próprios de sua etnicidade, sem se converter a uma nacionalidade ou a outra.

REFERÊNCIAS

BOVIN, Philipe. Las Fronteras del Istmo: Fronteras y sociedades entre el Sur de México y América Central. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social. Centro Francés de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1997.

CASTILLO, Manuel Ángel. The Mexico-Guatemala Border: New Controls on Transborder Migrations in View of Recent Integration Schemes? Frontera norte, vol. 15, núm. 29, enero-junio de 2000.

CRUZ, Hugo Angeles; GABRIEL, Mario Ortiz; WIESNER, Martha Luz Rojas; PIOQUINTO, Donato Ramos. Migraciones contemporâneas: Em la region sur-sureste de México. Instituto de Investigaciones Sociologicas de La Universidad Autonoma Benito Juarez de Oxaca. El Colegio de La Frontera Sur, 2010.

DICARLO, Ricardo; MONCADA NIÑO, Álvaro. Herencia del pasado, desafíos del presente. Colonialismo de datos contemporâneo. Anales de Investigación en Arquitectura. Volume.14 no.1 Montevideo, 2024 . Epub 01-Jun-2024.

ESCAMILLA, Betzabé Márquez. Traducciones y apropiaciones de la política pública: reformas educativas y educación intercultural bilingüe en México (1993-2021). DIE-CINVESTAV, 2021.

_____. Enseñar y aprender matemáticas en lengua indígena. La experiencia del proyecto T'arhexperakua en Michoacán, México. Departamento de Investigaciones Educativas, CINVESTAV, México. Journal of Teaching & Learning Language & Literature Vol. 15(1), Feb/Mar 2022, e912.

ESTÉVEZ, Manuel Gutiérrez. Políticas democráticas y pueblos indios en un tiempo postcolonial. Universidad Complutense de Madrid. Revista de Occidente, núm. 246, noviembre, 2001, págs. 109-127.

ESCOBAR, A. Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

ÉTHIER, Benoit; CANUL, Rolando Iván Magaña; CUEVAS, Héctor Torres; PELLERIN, Glorya. Saberes indígenas e educação nas Américas: experiências e perspectivas. Revista IdeAs. Idées d'Amériques, 25-2025.

FAURÉ, Yves-André. Guiana Francesa : riqueza e fragilidade numa economia periférica. In : Do Amaral Filho J. (ed.), Carrillo J. (ed.). Trajetórias de desenvolvimento local e regional : uma comparação entre a região Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia, México. Rio de Janeiro, 2011.

FALS BORDA, O. Una sociología sentipensante para América Latina. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Políticas Para Fronteira, História e identidade: a luta simbólica nos Processos de demarcação de terras indígenas Terena. Revista MANA: Políticas Para Fronteira, História e identidade, 2009.

GUERRERO ARIAS, P. Corazonar desde el calor de las sabidurías insurgentes, la frialdad de la teoría y la metodología. Sophia: Colección de Filosofía de la Educación: Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador, n. 13, p. 199-228, 2012.

HESS, Sabine. De-naturalising transit migration. Theory and methods of an ethnographic regime analysis. Population, Space and Place, v. 18, n. 4, p. 428-440, 2012.

IWGIA - International Work Group for Indigenous Affairs. The Indigenous World, 39ª Edição, 2025.

KRENAK, Ailton. Caminhos para a cultura do “Bem viver”. Cultura do Bem viver, 2020.

KRENAK, Ailton; PIÚBA, Fabiano (orgs.) Desnaturada: cultura e natureza. / Organização de Ailton Krenak e Fabiano Piúba. Fortaleza: Secult/Ce, 2022.

KAHMANN, Ana Paula; SILVEIRA, Éder da Silva. Sabedoria ou Epistemologia?: perspectivismo, corazonar e estar: questões para pensar a educação ameríndia. Caderno de Pesquisas, São Luís, v. 25, n. 3, jul./set. 2018.

KOHAN, Walter Omar. O Zapatismo: muito mais que uma fonte. Dossiê Fontes de Pesquisa. Editor Abaeté. Universidade Federal do Pará, 2004.

MARCOTTE, Gabriel; ÉTHIER, Benoit.. La Déclaration des Nations Unies sur les droits des peuples autochtones et l'autodétermination autochtone dans le secteur de l'éducation et dans la transmission des savoirs culturels autochtones, 2023.

ORTIZ, Laura Velasco. MIGRACIONES INDÍGENAS EN AMÉRICA LATINA. El Colegio de la Frontera Norte. Tijuana, México. REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 32 , 2024.

PÉREZ, Luz María Oralia Tamayo. Las fronteras de México: apuntes de su demarcación científica y técnica en el siglo XIX. Cuadernos de geografía. Revista colombiana de geografía. Vol. 23. Bogotá, colombia | pp. 139-157.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

_____. "Colonialidad del poder y clasificación social", en S. Castro-Gómez y R. Grosfoguel (Eds.), El Giro Decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, (pp. 93-126). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre Editores, 2007.

RIBEIRO, Darcy. Configurações histórico-culturais dos Povos Americanos. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

RENAULT-LESCURE, Odile. "L'éducation bilingue en Guyane: une situation particuliere en Arnérique du Sud" . Les enjeux de l'éducation en Amérique latine. Paris: IHEAL, 2001.

RICARDO, Beto; SANTILLI, Márcio. Povos Indígenas, Fronteiras e Militares no Estado Democrático de Direito. Revista Interesse Internacional, 2008.

SOLÓRZANO, Juan Carlos. (Universidad de Costa Rica). La frontera colonial del Istmo de América Central (1575-1800): indios, frailes, soldados y extranjeros en los límites de la colonización hispánica. Boletín de la Asociación para el Fomento de los Estudios Históricos en Centroamérica, Abril-junio 2012.

TÉLLEZ, María Eugenia Anguiano. Chiapas: territorio de inmigración, emigración y tránsito migratorio. Pap. poblac vol.14 no.56 Toluca abr./jun. 2008.

TERENA, Marcos. La resistencia indígena 500 años Después. Nueva sociedad n°. 123 enero-Febrero, 1993, pp. 156-159.

THÉRY, Hervé, Environnement et développement en Amazonie brésilienne (co-auteur et éditeur scientifique). Paris: Belin, 1997.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”. Instituto Socioambiental (ISA), 2006.

VILLASEÑOR, Cecilia Estrada. Reconceptualización de fenómenos recientes en materia de fronteras y migraciones. Cuadernos de Estrategia 222 Crisis migratorias como elemento de coerción internacional. Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2023.